

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2017**  
**AUDIÊNCIA PÚBLICA – AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS**  
**REALIZADA EM 23/02/2018**

Obedecendo à legislação vigente e ao dever cívico de prestar contas aos cidadãos, apresentamos por meio deste documento o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referentes ao 3º Quadrimestre de 2017, demonstrado em Audiência Pública realizada na Câmara Municipal de Vereadores, em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

Os números são originários dos relatórios bimestrais e semestrais publicados no mural e site da Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque e, para melhores esclarecimentos, os resultados serão apresentados com detalhamento das informações e acompanhados dos principais aspectos que condicionaram o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.

## **1. METAS FISCAIS**

### **1.1 – RESULTADO PRIMÁRIO**

O Resultado Primário, principal indicador de solvência fiscal do setor público, tem por finalidade demonstrar a capacidade de o Município honrar o pagamento de sua dívida utilizando suas receitas próprias. Nesse cálculo, são consideradas apenas as chamadas receitas e despesas primárias, que não incluem, pelo lado das receitas, as financeiras, operações de crédito e alienação de bens, e do lado da despesa, a concessão de empréstimos e o pagamento do serviço da dívida (juros, encargos e amortizações). No período de Janeiro a Dezembro de 2017, o resultado primário foi de R\$ (315.843,60). Esse

valor é R\$ 6.755.756,40, superior ao valor inicialmente estabelecido de (R\$ 7.071.600,00). O desempenho desfavorável demonstra que as receitas primárias foram insuficientes para suportar integralmente as despesas primárias, além de gerar insuficiências, para o pagamento da dívida, cujo dispêndio com juros e amortizações totalizou R\$ 1.146.044,17 no período.

RECEITA	Programado no período	Realizado no período	%
			Real / Progr.
Receitas Correntes	86.562.400,00	81.604.613,26	94,27%
(-) Rendimentos de Aplicações	(6.945.500,00)	(4.953.464,75)	71,32%
(-) Deduções da Receita Corrente	(8.666.700,00)	(8.726.479,92)	100,69%
<b>1 (=) Receitas Primárias Correntes</b>	<b>70.950.200,00</b>	<b>67.924.668,59</b>	<b>95,74%</b>
Receitas de Capital	4.766.300,00	3.374.620,13	70,80%
(-) Operações de Crédito	(1.310.000,00)	(1.256.006,20)	95,88%
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00%
(-) Alienação de Ativos	(119.500,00)	(18.490,00)	-
(-) Deduções da Receita de Capital	0,00	(14.371,95)	-
<b>2 (=) Receitas Primárias de Capital</b>	<b>3.336.800,00</b>	<b>2.085.751,98</b>	<b>62,51%</b>
<b>3 Receitas Primárias Totais (1+2)</b>	<b>74.287.000,00</b>	<b>70.010.420,57</b>	<b>94,24%</b>
<b>DESPESA</b>			
	<b>Programado no período</b>	<b>Realizado no período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
Despesas Correntes	68.229.100,00	65.366.040,06	95,80%
(-) Juros e Encargos da Dívida	(743.000,00)	(449.504,99)	60,50%
<b>4 (=) Despesas Primárias Correntes</b>	<b>67.486.100,00</b>	<b>64.916.535,07</b>	<b>96,19%</b>
Despesas de Capital	7.403.600,00	6.106.268,28	82,48%
(-) Concessão de Empréstimos	(1.500,00)	0,00	0,00%
(-) Amortização da Dívida	(558.900,00)	(696.539,18)	124,63%
<b>5 (=) Despesas Primárias de Capital</b>	<b>6.843.200,00</b>	<b>5.409.729,10</b>	<b>79,05%</b>
<b>6 Reserva de Contingência</b>	<b>416.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>7 Reserva do RPPS</b>	<b>6.612.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>8 Despesas Primárias Liquidas (4+5+6+7)</b>	<b>81.358.600,00</b>	<b>70.326.264,17</b>	<b>86,44%</b>
<b>9 Resultado Primário (3 - 8)</b>	<b>(7.071.600,00)</b>	<b>(315.843,60)</b>	<b>4,47%</b>
<b>10 Saldos de Exercícios Anteriores</b>		<b>3.385.730,91</b>	

O déficit observado deveu-se, principalmente, ao comportamento negativo das receitas primárias - representadas pela receita orçamentária, excluídas as aplicações financeiras, deduções para o FUNDEB, operações de crédito, amortização de empréstimos e alienações de ativos – que, no período, efetivaram-se no montante de R\$ 70.010.420,57, correspondendo a 94,24% da meta prevista. O valor verificado foi inferior às despesas

primárias – representadas pelas despesas totais do Município, expurgados o pagamento da dívida e as concessões de empréstimos – que corresponderam, no mesmo período, a R\$ 70.326.264,17. Os valores apresentados permitiram a obtenção de um Resultado Primário 95,53% acima da projeção para o período.

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, o resultado primário diminuiu em 117,45%, ou seja, no 3º quadrimestre de 2016 o resultado primário foi de R\$ 1.809.748,18.

<b>EVOLUÇÃO DO RESULTADO PRIMÁRIO</b>				
<b>SÉRIE HISTÓRICA</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>
Receita Primária	56.711.804,97	60.137.102,55	69.284.315,35	70.010.420,57
Despesa Primária	55.504.065,07	55.928.643,49	67.474.567,17	70.326.264,17
<b>Resultado Primário</b>	<b>1.207.739,90</b>	<b>4.208.459,06</b>	<b>1.809.748,18</b>	<b>(315.843,60)</b>

**Observações:**

- a) De acordo com o disposto na Portaria STN nº 403/2016 (MTDF), no encerramento do terceiro quadrimestre (final de exercício), as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas realizadas.

**1.2 – ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA – RESULTADO NOMINAL**

No final do quadrimestre em análise, o Resultado Nominal foi de R\$ 8.075.700,60, superior à previsão para o período que era de R\$ (88.077,00). O Resultado Nominal que estamos considerando foi apurado de acordo com a metodologia adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que consiste na verificação da variação da Dívida Fiscal Líquida do final de 2016, que era de R\$ (17.296.422,62), menos a Dívida Fiscal Líquida em Dezembro de 2017, que é de R\$ (9.220.722,02). Por esta metodologia, leva-se em conta a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida no período de referência e o saldo da dívida fiscal líquida no

final do exercício anterior ao de referência, sendo que caso o resultado seja positivo = déficit, e caso negativo = superávit.

Pelo resultado apresentado, verifica-se que a dívida fiscal líquida do Município apresenta um saldo superior àquele verificado ao final do período anterior, sinalizando, portanto, para um aumento no nível de endividamento municipal, mas ainda assim evidenciando o atingimento das metas de endividamento estabelecidas por Resolução do Senado Federal e, conseqüentemente, o compromisso fiscal da Administração Municipal previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

<b>QUADRO 2 – RESULTADO NOMINAL</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
Dívida Consolidada	2.988.801,09	3.645.100,40	121,96%
(-) Disponibilidades Financeiras	15.114.820,43	12.884.312,42	85,24%
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>(12.126.019,34)</b>	<b>(9.239.212,02)</b>	76,19%
Receita de Privatizações	119.500,00	18.490,00	-
Passivos Reconhecidos	0,00	0,00	0,00%
<b>Dívida Fiscal Líquida</b>	<b>(12.006.519,34)</b>	<b>(9.220.722,02)</b>	<b>76,80%</b>
<b>Resultado Nominal</b>	<b>(88.077,00)</b>	<b>8.075.700,60</b>	<b>-9168,91%</b>

Fonte: Programação Financeira e RREO

Com relação à Dívida Consolidada Líquida – DCL, cujo comprometimento em relação à Receita Corrente Líquida – RCL não deve ultrapassar o limite de 1,20, observa-se que, no final do quadrimestre em análise, atingimos o índice de **(15,87%)**, demonstrando, assim, que a Administração Municipal está cumprindo plenamente os princípios da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Dívida Consolidada Líquida ao final do quadrimestre totalizou R\$ (9.202.472,50), demonstrando um acréscimo de 46,98% em relação ao saldo do final do exercício de 2016 o qual foi influenciado, principalmente, pelo decréscimo da Disponibilidade Financeira. Em decorrência desse decréscimo a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em (15,87) negativos, contra (29,36) negativos no período anterior, como podemos observar no quadro abaixo.

<b>QUADRO 3 – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA</b>			
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>SALDO EM 31/12/2016</b>	<b>SALDO ATUAL</b>	<b>VAR %</b>
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (1)</b>	<b>2.980.701,09</b>	<b>3.645.100,40</b>	<b>22,29%</b>
<b>Dívida Contratual</b>	<b>2.980.701,09</b>	<b>3.645.100,40</b>	<b>22,29%</b>
PIMES - Contrato 0036/2012	122.568,76	0,00	-100,00%
FINAME - Caminhos da Escola 40/02423-7	88.051,32	38.596,80	-56,17%
PIMES/BADESUL - Contrato 069/2014	738.256,34	485.139,86	-34,29%
PIMES/BADESUL - Contrato 033/2016	853.993,80	875.000,02	2,46%
BRDE/BNDES - Contrato 64.987/2016	562.934,93	1.366.679,86	142,78%
BRDE/BNDES - Contrato 64.988/2017	334.895,94	735.553,86	119,64%
Parcelamento Aquisição Imóvel	280.000,00	144.130,00	-48,53%
<b>DEDUÇÕES (2)</b>	<b>20.336.066,48</b>	<b>12.847.572,90</b>	<b>-36,82%</b>
Disponibilidade de Caixa Bruta	9.874.824,54	9.528.404,93	-3,51%
Demais Haveres Financeiros	11.168.835,29	4.233.188,96	-62,10%
( - ) Restos a Pagar Processados	(707.593,35)	(914.020,99)	29,17%
<b>DÍVIDA CONS. LÍQUIDA - DCL (1 - 2)</b>	<b>(17.355.365,39)</b>	<b>(9.202.472,50)</b>	<b>-46,98%</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>	<b>59.105.164,01</b>	<b>57.986.981,02</b>	<b>-1,89%</b>
<b>% DA DC sobre a RCL</b>	<b>5,04%</b>	<b>6,29%</b>	
<b>% DA DCL sobre a RCL</b>	<b>-29,36%</b>	<b>-15,87%</b>	
Fonte: Programação Financeira e RREO			

## 2. RECEITA

Segundo o Balanço Orçamentário da Receita, o total previsto, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as deduções da receita, foi estimado na Lei de Orçamento para o exercício de 2017 no montante de R\$ 82.662.000,00. A receita efetivada no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de R\$ 76.238.381,52, tendo sido arrecadado, portanto, 92,23% da meta anual. Comparada à projeção para o período, no valor de R\$ 82.662.000,00 constante na programação financeira, demonstra um déficit de 7,77%. Esse desempenho foi propiciado pelo resultado negativo das receitas de capital, principalmente as referente as Transferências de Capital, que atingiu o percentual de realização equivalente a 62,45 % da programação anual.

<b>QUADRO 4 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA PREVISTA E REALIZADA</b>					
<b>Discriminação</b>	<b>Previsão Anual</b>	<b>Programado no Período</b>	<b>Realizado no Período</b>	<b>% Real. Ano</b>	<b>% Real. Período</b>
<b>1 – Receitas Correntes</b>	<b>78.379.600,00</b>	<b>78.379.600,00</b>	<b>73.786.516,06</b>	<b>94,14%</b>	<b>94,14%</b>
Receita Tributária	10.624.400,00	10.624.400,00	9.686.448,87	91,17%	91,17%
Receita de Contribuições	2.817.500,00	2.817.500,00	2.740.093,09	97,25%	97,25%
Receita Patrimonial	6.953.000,00	6.953.000,00	5.168.287,11	74,33%	74,33%
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	-	-
Receita de Serviços	257.500,00	257.500,00	253.528,37	98,46%	98,46%
Transferências Correntes	55.301.400,00	55.301.400,00	53.883.634,04	97,44%	97,44%
Outras Rec. Correntes	2.425.800,00	2.425.800,00	2.054.524,58	84,69%	84,69%
<b>2 – Receitas de Capital</b>	<b>4.766.300,00</b>	<b>4.766.300,00</b>	<b>3.374.620,13</b>	<b>70,80%</b>	<b>70,80%</b>
Operações de Crédito	1.310.000,00	1.310.000,00	1.256.006,20	95,88%	95,88%
Alienação de Bens	119.500,00	119.500,00	18.490,00	15,47%	-
Transfer. De Capital	3.181.600,00	3.181.600,00	1.986.962,62	62,45%	62,45%
Outras Rec. De Capital	155.200,00	155.200,00	113.161,31	72,91%	72,91%
<b>3 - Operações Intra-Orçam.</b>	<b>8.182.800,00</b>	<b>8.182.800,00</b>	<b>7.818.097,20</b>	<b>95,54%</b>	<b>95,54%</b>
<b>4 (-) Deduç. da Receita</b>	<b>(8.666.700,00)</b>	<b>(8.666.700,00)</b>	<b>(8.740.851,87)</b>	<b>100,86%</b>	<b>100,86%</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>82.662.000,00</b>	<b>82.662.000,00</b>	<b>76.238.381,52</b>	<b>92,23%</b>	<b>92,23%</b>

## 2.1 – Receitas Correntes

O total das Receitas Correntes previsto para o período considerado (Janeiro a Dezembro), de acordo com a programação financeira, foi de R\$ 78.379.600,00. Os valores realizados corresponderam a R\$ 73.786.516,06, **inferior 5,86%** da meta estabelecida. Nesse grupo, as receitas mais significativas são as receitas de Transferências Correntes e a Tributária, que figuraram, respectivamente, com **70,68%** e **12,71%** do total da receita orçamentária realizada, sobressaindo-se o bom desempenho das Receitas de Serviços, que apresentou variação positiva de 98,46% em relação ao valor projetado para o período.

### 2.1.1 - Receita Tributária

A Receita Tributária atingiu ao final do quadrimestre em análise o montante de R\$ 9.686.448,87, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R\$ 10.624.400,00, representa uma realização de 91,17% da projeção para o ano.

Conforme demonstrado no Quadro 5, o **IPTU** arrecadou 104,06% da meta para o período, ou seja, previa-se o ingresso de R\$ 2.067.600,00, tendo sido arrecadados R\$ 2.151.459,16.

Do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - **ITBI** - para o qual havia uma projeção de R\$ 995.000,00 para o período, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 771.258,93, 77,51% do valor previsto para o período. Essa receita, além de relação direta com os valores venais dos imóveis, também depende do mercado imobiliário, cujas transações, de acordo com o número de guias de transmissão emitidas, representou um **decréscimo de 32,11 %** em relação a igual período do **exercício anterior**.

Em relação ao **ISSQN**, a arrecadação no período foi de R\$ 2.968.171,07, o que representa 84,91% da previsão para o período. O bom desempenho dessa importante fonte de receita municipal, deve-se a implementação de uma política de combate à sonegação de impostos.

As **Taxas** apresentaram o ingresso de R\$ 1.211.454,47 contra uma projeção de R\$ 1.302.300,00. Arrecadou-se, portanto, 93,02 % da meta para o período.

As Receitas de **Contribuições de Melhoria** acumularam no ano, até o mês de Dezembro, o valor de R\$ 170.193,30, correspondendo a 23,17% da previsão para o período.

<b>QUADRO 5 – RECEITAS TRIBUTÁRIAS – PREVISTAS E REALIZADAS</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>%</b>
			<b>Real / Progr.</b>
<b>Impostos</b>	<b>8.587.400,00</b>	<b>8.304.801,10</b>	<b>96,71%</b>
I P T U	2.067.600,00	2.151.459,16	104,06%
I R R F	2.029.100,00	2.413.911,94	118,96%
I T B I	995.000,00	771.258,93	77,51%
I S S Q N	3.495.700,00	2.968.171,07	84,91%
<b>Taxas</b>	<b>1.302.300,00</b>	<b>1.211.454,47</b>	<b>93,02%</b>
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	282.100,00	199.898,44	70,86%
Taxas p/ Prestação de Serviços	1.020.200,00	1.011.556,03	99,15%
<b>Contribuição de Melhorias</b>	<b>734.700,00</b>	<b>170.193,30</b>	<b>23,17%</b>
<b>Total das Receitas Tributárias</b>	<b>10.624.400,00</b>	<b>9.686.448,87</b>	<b>91,17%</b>
Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários			

### 2.1.2 - Receita de Contribuições

As Receitas de Contribuições acumularam no ano, até o mês de dezembro, o valor R\$ 2.740.093,09, correspondendo a 97,25% da previsão anual.

As receitas mais expressivas no grupo das Contribuições são decorrentes da Contribuição Previdenciária de Servidores Ativos, Inativos e Pensionistas e registraram uma arrecadação de R\$ 1.895.256,76, correspondendo a 97,91% da projeção para o período.

<b>QUADRO 6 – RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES – PREVISTAS E REALIZADAS</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>%</b>
			<b>Real / Progr.</b>
<b>Contribuições Sociais</b>	<b>1.935.800,00</b>	<b>1.895.256,76</b>	<b>97,91%</b>
Contribuições Previdenciárias	1.935.800,00	1.895.256,76	97,91%
<b>Contribuições Econômicas</b>	<b>881.700,00</b>	<b>844.836,33</b>	<b>95,82%</b>
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	881.700,00	844.836,33	95,82%
<b>Total das Receitas de Contribuições</b>	<b>2.817.500,00</b>	<b>2.740.093,09</b>	<b>97,25%</b>

Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários

### 2.1.3 - Transferências Correntes

Conforme se visualiza no Quadro 7, no grupo das Transferências Correntes da União, o item mais significativo refere-se às transferências constitucionais do Fundo de Participação dos Municípios – **FPM** –, que realizou **R\$ 15.087.869,38** no período, correspondendo a 96,18% da previsão anual. A estimativa dessa receita considerou as informações fornecidas pela Coordenadoria de Programação Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, evolução desta receita nos três exercícios anteriores, e projeções de crescimento real. No mesmo período do exercício anterior, haviam sido arrecadados R\$ 15.597.174,59, portanto neste exercício foram arrecadados R\$ **509.305,21 a menor** que no mesmo período do exercício anterior.

A Compensação Financeira da Lei Complementar 87/96 – **Lei Kandir** – realizou 95,32% do valor previsto para o período. A previsão dessa receita pautou-se, também, nas recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional.

As Transferências de **Convênios com a União** registraram o montante de R\$ 3.855,07.

Nas transferências do Estado, deve ser destacada a participação do Município no **ICMS**, cujos valores transferidos ao Município, no período em análise, foram de **R\$ 23.018.155,27**, ou seja 99,76% da expectativa inicial, que era de R\$ 23.074.000,00. O comportamento dessa receita está diretamente ligado ao **índice** de participação do Município, que sofreu um **decréscimo de (10,47%)** em relação ao ano anterior. Devemos destacar que no dia 29 de dezembro de 2016 houve uma antecipação no valor do ICMS, que seria transferido na primeira semana de 2017, no valor de R\$ 527.468,80, e no dia 28 de dezembro de 2017 houve uma antecipação no valor do ICMS, que seria transferido na primeira semana de 2018, no valor de R\$ 419.192,04.

No mesmo período do exercício anterior haviam sido arrecadados R\$ 24.495.194,59 no valor da participação do Município no ICMS, obtendo um **declínio** de R\$ **1.477.039,32** em relação ao mesmo período do exercício anterior.

O Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – **IPVA** – arrecadou R\$ 2.399.414,00, ou seja, 86,50% do projetado para o período.

Do Imposto sobre os Produtos Industrializados – **IPI/Exportação** – para o qual havia uma projeção de R\$ 300.000,00 para o período, acumulou-se uma arrecadação de R\$ 348.227,70, 116,08% do valor previsto para o período.

As Transferências de **Convênios com o Estado** registraram o montante de R\$ 174.449,10, contra uma previsão de R\$ 157.600,00.

As **Outras Transferências Correntes** registraram o montante de R\$ 322.400,00, representando 164,41% do total previsto. Este comportamento é verificado, principalmente, nas rubricas das Transferências de Instituições Privadas e Pessoas, para um valor anual projetado de R\$ 196.100,00.

<b>QUADRO 7 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES – PREVISTAS E REALIZADAS</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>%</b>
			<b>Real / Progr.</b>
<b>Transferências da União</b>	<b>19.045.900,00</b>	<b>18.282.161,62</b>	<b>95,99%</b>
Cota parte do F P M	15.686.500,00	15.087.869,38	96,18%
Cota parte do I T R	245.500,00	343.111,45	139,76%
Cota Parte Fundo Especial (Lei 7525)	125.900,00	160.741,22	127,67%
Transf.do Fundo Nacional Saude	1.627.100,00	1.377.111,15	84,64%
Transferências do F N A S	126.600,00	126.587,95	99,99%
Transferências do F N D E	972.500,00	905.661,82	93,13%
Cota parte da LC 87/96 (Lei Kandir)	149.500,00	142.502,04	95,32%
Auxílio Financeiro - Esforço Exportador	94.400,00	134.721,54	142,71%
Transferências de Convênios	17.900,00	3.855,07	21,54%
<b>Transferências do Estado</b>	<b>27.162.100,00</b>	<b>26.622.236,89</b>	<b>98,01%</b>
Cota Parte do I C M S	23.074.000,00	23.018.155,27	99,76%
Cota Parte do I P V A	2.774.000,00	2.399.414,00	86,50%
Cota Parte do IPI / Exportação	300.000,00	348.227,70	116,08%
Cota parte da C I D E	39.100,00	44.081,12	112,74%
Transf.do Fundo Est.Saúde (FES)	817.400,00	637.909,70	78,04%
Transferências de Convênios	157.600,00	174.449,10	110,69%

Fonte: Programação Financeira e Balançetes Orçamentários

#### 2.1.4 - Transferências do F U N D E B

<b>QUADRO 8 – TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB – PREVISTAS E REALIZADAS</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Programado p/ período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>%</b>
			<b>Real / Progr.</b>
Valores Recebidos do FUNDEB	8.863.400,00	8.609.048,86	97,13%
Valores Transferidos para o FUNDEB	(8.214.700,00)	(8.017.879,54)	97,60%
Ganho / Perda com o FUNDEB	648.700,00	591.169,32	91,13%

Fonte: Programação Financeira e Balançetes Orçamentários

## 2.2 Receitas de Capital

As Receitas de Capital alcançaram 70,80% do projetado para o exercício. A maior previsão e, também, maior frustração verificada nesse grupo ocorreu nas receitas de Transferências de Capital, que demonstraram um ingresso de 62,45% diante do projetado para o período, correspondendo a **R\$ 1.986.962,62**. Na composição dessa receita prevalece o item Transferências de Convênios, que teve desempenho desfavorável.

<b>QUADRO 9 – RECEITAS DE CAPITAL – PREVISTAS E REALIZADAS</b>			
<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>Programada no Período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Receitas de Capital</b>	<b>4.766.300,00</b>	<b>3.374.620,13</b>	<b>70,80%</b>
Operações de Crédito	1.310.000,00	1.256.006,20	95,88%
Alienação de Bens	119.500,00	18.490,00	15,47%
Transferências de Capital	3.181.600,00	1.986.962,62	62,45%
Outras Receitas de Capital	155.200,00	113.161,31	72,91%
Fonte: Programação Financeira e Balancetes Orçamentários			

## 3. DESPESA

Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total empenhada, no período de janeiro a dezembro de 2017, apresentou uma execução inferior à Receita Total realizada. Em valores acumulados, a correlação despesa total/receita total foi de 0,94, demonstrando um superávit na execução orçamentária de R\$ 4.618.991,94.

As Despesas Empenhadas, considerando as operações intra-orçamentárias (transferências patronais para o RPPS), no acumulado do ano até dezembro de 2017 totalizaram R\$ 71.619.389,58, valor equivalente a 94,69% da previsão para o período. O total das despesas correntes realizadas foi de R\$ 65.382.361,10, correspondendo a 95,83% da projeção. As despesas de capital totalizaram R\$ 6.237.028,48, inferior ao valor projetado para o período, em R\$ 1.166.571,52.

<b>QUADRO 10 – RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)</b>			
<b>Receita Realizada</b>	<b>Programada no período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>(1) Receita Total</b>	<b>82.662.000,00</b>	<b>76.238.381,52</b>	<b>92,23%</b>
<b>Despesa Realizada</b>	<b>Programada no período</b>	<b>Realizada no Período</b>	<b>% Real / Progr.</b>
<b>Despesas Correntes</b>	<b>68.229.100,00</b>	<b>65.382.361,10</b>	<b>95,83%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	44.420.400,00	43.774.564,58	98,55%
Juros e Encargos da Dívida	743.000,00	449.504,99	60,50%
Outras Despesas Correntes	23.065.700,00	21.158.291,53	91,73%
<b>Despesas de Capital</b>	<b>7.403.600,00</b>	<b>6.237.028,48</b>	<b>84,24%</b>
Investimentos	6.843.200,00	5.540.489,30	80,96%
Inversões Financeiras	1.500,00	0,00	0,00%
Amortização da Dívida	558.900,00	696.539,18	124,63%
<b>(2) Despesa Total</b>	<b>75.632.700,00</b>	<b>71.619.389,58</b>	<b>94,69%</b>
<b>Resultado Orçamentário (1 - 2)</b>	<b>7.029.300,00</b>	<b>4.618.991,94</b>	<b>65,71%</b>
<b>Relação Despesa/Receita (2 / 1)</b>	<b>0,91</b>	<b>0,94</b>	<b>97,40%</b>

Fonte: Programação Financeira e Balançetes Orçamentários

Em relação ao mesmo período do exercício anterior, as **despesas totais cresceram 4,89%**, sendo que as **despesas correntes** haviam totalizado R\$ 59.150.746,97, obtendo um **incremento de 10,54%** no exercício de 2017, em contrapartida, as **receita correntes diminuíram 2,47%**.

**Observação:** Conforme a Portaria STN nº 403/2016, para fins de avaliação das metas, durante o exercício, não deverão ser incluídos os valores das despesas empenhadas que ainda não foram liquidadas. No encerramento do exercício, que corresponde à avaliação do terceiro quadrimestre, as despesas empenhadas, não liquidadas e inscritas em restos a pagar não processados, por constituírem obrigações preexistentes, decorrentes de contratos, convênios e outros instrumentos, deverão compor, em função do empenho legal, o total das despesas liquidadas.

### **3.1 – Juros e Amortização da Dívida**

Os Juros e Encargos da Dívida, que englobam pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito e de outros compromissos de longo prazo, somaram R\$ 449.504,99, correspondendo a 60,50% do total estimado para o período. Já as despesas com a Amortização da Dívida, com valor de R\$ 696.539,18, representaram um desembolso correspondente a 124,63% do total programado.

Nesse aspecto, cabe aqui um registro: conforme demonstrado anteriormente, as receitas provenientes das liberações de operações de crédito totalizaram R\$ 1.256.006,20, para um valor amortizado de R\$ 696.539,18 e um pagamento de juros de R\$ 449.504,99. Essa ocorrência indica, então, que o Município, honrou com a totalidade do pagamento dos juros, e realizou operações de crédito em um valor superior a amortização do principal de sua dívida.

### **3.2 – Investimentos Realizados**

Já em relação às despesas com investimentos, estes foram inferiores ao valor inicialmente projetado, que foi de R\$ 6.843.200,00, apresentando uma execução de R\$ 5.540.489,30. Essa situação decorre da projeção de ingresso de Transferências de Convênios projetados para o período. Em termos analíticos, os principais investimentos empenhados, pela administração, no período em análise, foram os seguintes:

<b>QUADRO 11 - PRINCIPAIS INVESTIMENTOS</b>	
<b>INVESTIMENTOS do EXECUTIVO</b>	<b>VALOR</b>
Ampliação Pavimentação Urbana	1.575.807,44
Aquisição de moveis, equipamentos p/ Secretarias	660.382,00
Construção de Escola Educação Infantil	391.560,52
Construção de Escola Ensino Fundamental	358.692,26
Ampliação da Rede de Esgoto Pluvial	266.869,00
Restauração e Melhorias nas Vias Rurais	209.066,18
Construção de Prédio para Feira do Produtor e Sala Multi	195.721,01
Recuperação das Vias Urbanas	191.998,48
Ampliação e Reforma de Centros de Esporte e Lazer	165.308,77
Construção de Centros de Esporte e Lazer	126.296,99
Aquisição Veículos e Equipamentos p/Patrolha Agrícola	107.091,00
Ampliação e Reformas em Escolas Ensino Fundamental	95.364,65
Implantação de Academia ao Ar Livre	93.496,30
Construção de Calçada na Sec. Assistência Social	64.931,58
Construção/Ampliação de Ginásio de Esportes em Escola	57.808,99
Aquisição de Veículo Leve para Saúde	49.400,00
Aquisição de Veículo Leve para Agricultura	41.700,00
Ampliação do Abastecimento de Água Potável	10.405,40
Ampliação e Reformas Habitacionais	10.001,30
Construção de Abrigos para Parada de Ônibus	8.000,00
Construção de Unidade Central de Saúde	5.330,00
Construção de Unidades Habitacionais	800,00
Modernização e Reforma de Estádio Esportivo Municipal	602,75
<b>Total</b>	<b>4.686.634,62</b>
<b>INVESTIMENTOS do LEGISLATIVO</b>	<b>VALOR</b>
Aquisição de moveis, equipamentos p/ Legislativo	65.539,24
<b>Total</b>	<b>65.539,24</b>

#### 4. DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A Despesa de Pessoal total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, considerando os poderes executivo e legislativo, é o item mais significativo no conjunto das despesas fiscais. Em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (janeiro/2017 a dezembro/2017) conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, está abaixo do limite prudencial de 57%, apresentando,

respectivamente, o limite de comprometimento de **44,14% para o Executivo e de 2,62% para o Legislativo.**

A Receita Corrente Líquida acumulada nos últimos doze meses, considerada para fins de cálculo do comprometimento das despesas com pessoal, atingiu o montante de R\$ 56.250.859,66 e está assim discriminada:

<b>QUADRO 12 – APURAÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	
<b>Discriminação</b>	<b>Arrecadação dos últimos 12 meses</b>
Receitas Correntes	73.786.516,06
( - ) IRRF s/Rendimentos do Trabalho	(1.736.121,36)
( - ) Deduções da Receita Corrente	(8.726.479,92)
( - ) Contribuição dos Servidores para o RPPS	(1.895.256,76)
( - ) Compensação Previdenciária recebida pelo RPPS	(976.178,85)
( - ) Rendimentos de Aplicações do RPPS	(4.201.619,51)
<b>( = ) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>56.250.859,66</b>

<b>QUADRO 13 – DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA L R F</b>				
<b>PODER</b>	<b>Despesa Liquidada</b>	<b>% RCL</b>	<b>Limite Prudencial</b>	<b>Limite Legal</b>
Despesas com pessoal do Executivo	24.827.733,52	<b>44,14%</b>	<b>51,30%</b>	<b>54%</b>
Despesas com pessoal do Legislativo	1.475.897,27	<b>2,62%</b>	<b>5,70%</b>	<b>6%</b>
<b>Total das despesas com pessoal</b>	<b>26.303.630,79</b>	<b>46,76%</b>	<b>57%</b>	<b>60%</b>

Pode-se observar que em relação ao mesmo período do exercício anterior houve um **acréscimo** de **5,81** pontos percentuais para o Executivo e um **acréscimo** de **0,50** para o Legislativo, respectivamente. E em relação ao quadrimestre anterior a relação Despesa de Pessoal/Receita Corrente Líquida obteve um **aumento** de **3,61** pontos percentuais para o Executivo e um **aumento** de **0,35** para o Legislativo.

Comparado ao mesmo período do exercício anterior (3º quadrimestre/2017), a **despesa** com pessoal  **aumentou 11,77%** para o executivo e **20,36%** para o legislativo, enquanto a Receita Corrente Líquida obteve um **declínio** de **2,96%**.

EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL								
SÉRIE HISTÓRICA	2014		2015		2016		2017	
Executivo	17.976.691,78	39,70%	19.394.177,42	39,22%	22.213.170,72	38,33%	24.827.733,52	44,14%
Legislativo	1.061.940,31	2,35%	1.088.523,38	2,20%	1.226.264,70	2,12%	1.475.897,27	2,62%

## 5. DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, apuradas conforme o Parecer Coletivo nº 001/2003 do Tribunal de Contas do Estado, no acumulado do ano, totalizaram R\$ 13.010.702,09, o que corresponde a **26,11%** da Receita de Impostos e Transferências. Observa-se, nesse caso, que o Município atendeu o limite de 25% estabelecido pela Constituição Federal.

Conforme demonstrado no Quadro 8, em função do número de alunos matriculados na educação básica pública, o Município foi **superavitário** em relação ao FUNDEB. Assim, o ganho deverá ser deduzido nos gastos com a educação para fins de apuração dos limites.

Com relação ao FUNDEB, cabe ainda destacar que, de acordo com o art. 22 da Lei Federal 11.494/2007, uma parcela não inferior a 60% desses recursos deve ser aplicada na remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Nesse quesito, e de acordo com os relatórios publicados, o Município despendeu, até o final do quadrimestre em análise, o montante de R\$ 7.488.619,54, o que corresponde a 86,56% dos recursos do referido fundo, **atendendo** o dispositivo legal supracitado.

O quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação, em dezembro, era de 142 professores e 106 demais servidores, totalizando 248 servidores.

O Município possui 6 escolas de Ensino Fundamental e 4 escolas de Educação Infantil. No exercício de 2017 haviam 393 alunos matriculados da educação infantil (creche), 286 na pré-escola, 606 nos anos iniciais, e 579 alunos nos anos finais, totalizando 1.864 alunos matriculados.

<b>QUADRO 14 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS À MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>			
RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	51.123.000,00	49.828.305,32	97,47%
Receitas de Impostos	8.893.500,00	8.489.025,48	95,45%
Receitas de Transferências Constitucionais	42.229.500,00	41.339.279,84	97,89%
<b>Impostos e Transferências Destinadas ao MDE - 25%</b>	<b>12.780.750,00</b>	<b>12.457.076,33</b>	<b>97,47%</b>
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	
	(a)	(b)	
ENSINO FUNDAMENTAL	8.011.941,36	7.616.553,14	95,07%
EDUCAÇÃO INFANTIL	4.798.642,79	4.548.347,60	94,78%
Outras Subfunções	1.534.385,31	1.488.758,85	97,03%
(+ / -) Perda/Ganho com o FUNDEB	(648.700,00)	(591.169,32)	91,13%
( - ) Rendimentos da MDE e FUNDEB	(95.700,00)	(51.788,18)	54,12%
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO</b>	<b>13.600.569,46</b>	<b>13.010.702,09</b>	<b>95,66%</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO - Mínimo de 25%</b>	<b>26,60%</b>	<b>26,11%</b>	<b>98,15%</b>

Dos R\$ 13.653.659,59 gastos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino em 2017, R\$ 13.236.356,61 correspondem a despesas de manutenção, como: despesas administrativas, manutenção do ensino, transporte escolar, merenda para as creches, programas educacionais, de formação continuada, entre outros, sendo que R\$ 73.102,90 foram gastos nos seguintes investimentos:

- Construção de Escola Municipal de Ensino Fundamental – R\$ 28.694,83;
- Ampliação/Reformas em Escolas Municipais de Ensino Fundamental – R\$ 22.878,40;
- Construção/Ampliação de Ginásio de Esportes em Escola – R\$ 299,50;
- Construção de Escola de Educação Infantil – R\$ 21.230,17.

Foram despendidos os seguintes valores através de convênios com os seguintes segmentos:

- Apoio a Entidades Educacionais – Creche – R\$ 188.500,08;
- Apoio a Entidades Educacionais – Especial – R\$ 155.700,00.

## 6. DESPESA COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Os gastos constitucionais com Ações e Serviços Públicos de Saúde atingiram o montante de R\$ 9.796.219,50, o que corresponde a **19,66%** sobre a Receita Líquida de Impostos e Transferências. Observa-se, portanto, o cumprimento do limite de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000.

<b>QUADRO 15 – RECEITAS E DESPESAS VINCULADAS A AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>			
RECEITAS	PREVISÃO	Arrecadação	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	51.123.000,00	49.828.305,32	97,47%
Receitas de Impostos	8.893.500,00	8.489.025,48	95,45%
Receitas de Transferências Constitucionais	42.229.500,00	41.339.279,84	97,89%
<b>Receita Mínima a Aplicar em A S P S (15%)</b>	<b>7.668.450,00</b>	<b>7.474.245,80</b>	<b>97,47%</b>
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Quadrimestre	%
	(a)	(b)	(b/a)
ATENÇÃO BÁSICA	6.643.805,84	6.571.271,40	98,91%
ASSIST.HOSPITALAR E AMBULATORIAL	606.770,29	468.308,69	77,18%
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPEUTICO	582.344,67	546.784,84	93,89%
VIGILANCIA SANITARIA	88.386,70	83.823,34	94,84%
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	141.254,62	140.431,32	99,42%
OUTRAS SUBFUNÇÕES	2.030.780,00	1.994.876,27	98,23%
( - ) Rendimentos da ASP S	(53.600,00)	(9.276,36)	17,31%
<b>TOTAL APLICADO NO PERÍODO</b>	<b>10.039.742,12</b>	<b>9.796.219,50</b>	<b>97,57%</b>
<b>PERCENTUAL APLICADO - Mínimo 15%</b>	<b>19,64%</b>	<b>19,66%</b>	<b>100,11%</b>

O quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde, em dezembro, era de 112 profissionais, destes, sendo 12 médicos, 4 odontólogos, 18 enfermeiras, auxiliares e técnicas de enfermagem, e 78 demais servidores, como bioquímico, nutricionista. Assistente social, psicólogo, farmacêutico, entre outros.

O Município possui 6 Unidades Básicas de Saúde, um Centro de Apoio, aonde encontra-se o laboratório e farmácia, e a unidade central de saúde.

Dos R\$ 9.805.495,86 gastos em Ações e Serviços Públicos em Saúde em 2017, R\$ 7.589.352,53 correspondem a despesas de manutenção, como: despesas administrativas, manutenção da assistência médica e odontológica, assistência farmacêutica, vigilância sanitária e epidemiológica, entre outros, sendo que R\$ 9.467,53, foram gastos nos seguintes investimentos:

- Ampliação e Reforma de Postos de Saúde – R\$ 81,53;
- Aquisição de Veículo Leve – R\$ 9.386,00.

Foram despendidos os seguintes valores através de convênios com os seguintes segmentos:

- Apoio a Entidades de Saúde – R\$ 2.206.675,80.

## **7. RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS**

Conforme a Lei Complementar Municipal nº 033/2006, o Município instituiu e mantém Regime Próprio de Previdência Social, destinado ao pagamento de aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários aos servidores públicos municipais. No período observado, as Receitas Previdenciárias atingiram a soma de R\$ 14.891.152,32, e as despesas com o pagamento de benefícios e outras despesas do regime de previdência, tiveram empenhos no total de R\$ 10.845.572,06, obtendo-se um resultado **superavitário** de R\$ **4.045.580,26**, o qual, conjugado com o saldo anterior das disponibilidades financeiras, resulta num montante atual de R\$ 40.274.090,15, os quais encontram-se depositados em contas bancárias específicas, devidamente aplicados em fundos de investimentos. O quadro a seguir evidencia a posição das contas previdenciárias ao final do quadrimestre.

**QUADRO 16– RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS**

<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>Program. no Período</b>	<b>Realiz. no Período</b>	<b>% Real. Período</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.924.600,00</b>	<b>7.073.055,12</b>	<b>79,25%</b>
<b>Receita de Contribuições</b>	<b>1.935.800,00</b>	<b>1.895.256,76</b>	<b>97,91%</b>
Contribuições de Servidores p/ RPPS	1.935.800,00	1.895.256,76	97,91%
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>5.999.000,00</b>	<b>4.201.619,51</b>	<b>70,04%</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>989.800,00</b>	<b>976.178,85</b>	<b>98,62%</b>
Compensações Previdenciárias	989.800,00	976.178,85	98,62%
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>8.182.800,00</b>	<b>7.818.097,20</b>	<b>95,54%</b>
Contribuição Patronal do Exercício	2.695.400,00	2.562.342,53	95,06%
Contrib. Previdenciária p/ Amortiz. Deficit Atuarial	5.487.400,00	5.255.754,67	95,78%
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS ( I )</b>	<b>17.107.400,00</b>	<b>14.891.152,32</b>	<b>87,05%</b>
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>	<b>Program. no Período</b>	<b>Realiz. no Período</b>	<b>% Real. Período</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO GERAL</b>	<b>130.000,00</b>	<b>78.854,09</b>	<b>60,66%</b>
Despesas Correntes	129.000,00	78.306,89	60,70%
Despesas de Capital	1.000,00	547,20	54,72%
<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	<b>11.063.500,00</b>	<b>10.766.717,97</b>	<b>97,32%</b>
Aposentadorias	9.036.000,00	8.937.566,38	98,91%
Pensões	1.375.500,00	1.351.458,55	98,25%
Outros Benefícios Previdenciários	613.900,00	364.317,55	59,34%
Compensação Previdenciária do RPPS para RGPS	38.100,00	113.375,49	297,57%
<b>RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS</b>	<b>6.612.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS ( II )</b>	<b>17.806.000,00</b>	<b>10.845.572,06</b>	<b>60,91%</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO ( I - II )</b>	<b>-698.600,00</b>	<b>4.045.580,26</b>	
<b>APORTES DE RECURSOS PARA PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>	<b>Program. no Período</b>	<b>Realiz. no Período</b>	<b>% Real. Período</b>
<b>OUTROS APORTES AO RPPS</b>	<b>698.600,00</b>	<b>686.651,32</b>	<b>98,29%</b>
Repassé p/Pagto Inativos e Pens.e do Poder Executivo	698.600,00	686.651,32	98,29%
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	<b>Saldo Dez/16</b>	<b>Saldo Dez/17</b>	
<b>Disponibilidade Financeira do RPPS</b>	35.537.077,89	40.274.090,15	

## 8. DISPONIBILIDADES / RESTOS A PAGAR

Outro importante indicador da prudência fiscal definido na LRF diz respeito ao acúmulo de restos a pagar comparado com a disponibilidade de caixa. Em 2017, os Restos a Pagar do Poder Executivo e Legislativo foram de R\$ **1.085.959,41** e R\$ **29.081,96**, respectivamente. Já as disponibilidades do Executivo alcançaram R\$ **49.542.993,87**, ao

passo que as do Legislativo ficaram em R\$ **37.573,46**. A relação “Disponibilidades / Restos a Pagar”, por fonte de recursos pode ser visualizada no quadro abaixo.

**QUADRO 17 - DEMONSTRAÇÃO DE RESTOS A PAGAR**

<b>RECURSO</b>	<b>Restos a Pagar Exercícios Anteriores</b>	<b>Inscrições do Exercício</b>	<b>Disponibilidade Financeira após Inscrição de Restos a Pagar</b>
MDE	2.627,67	56.925,20	411.344,85
FUNDEB	149,85	56.196,47	1.738,68
ASPS	8.959,24	76.061,98	9.784,95
FMCA	0,00	0,00	240.172,57
FMHIS	0,00	0,00	71.344,35
FMAS	79,63	8.354,29	62.731,83
Venda de Bens Públicos	0,00	0,00	121.442,86
Salario Educação	482,33	7.132,87	402.043,89
Biblioteca	50,00	0,00	560,42
FDAM	0,00	0,00	1.937,40
Multas de Transito	0,00	0,00	17.084,97
FNDE/Merenda Escolar	0,00	0,00	200,22
Transporte Escolar - Conv.Estado	0,00	0,00	7,39
Patrulha Agrícola	0,00	0,00	8.274,45
Veículos e Equip.Patrulha Agrícola	0,00	0,00	97.500,00
MI/Sec. Nacional Defesa Civil	0,00	0,00	41.056,95
Quadra de Esportes em Escola	0,00	19.377,73	42.970,21
FUMMA	0,00	0,00	12.969,00
FNAS/PPD	0,00	0,00	6.880,37
Construção e Ampliação Creche	0,00	226.982,64	98.706,97
ME- Construção de Escola	0,00	116.183,31	444.399,11
Iluminação Pública	0,00	63.328,19	142.035,76
FNDE/Transporte Escolar	0,00	0,00	20,50
CIDE	0,00	0,00	1.518,89
FNAS/Prog.Bolsa Família	0,00	0,00	1,79
Infra-Estr.Esportiva	0,00	131.520,51	72.850,14
Equipamentos p/ Escolas	0,00	0,00	8.114,51
Venda de Bens Educação	0,00	0,00	77.360,01
PAIF	0,00	0,00	29.708,85
FUMDI	0,00	0,00	241.117,98
FMEN	0,00	0,00	801,34
PAC	0,00	0,00	60.931,28
FNAS/ SUAS	0,00	0,00	15.595,68
FNDE/Apoio a Creches	0,00	0,00	201,88
Impl. Núcleo Esporte e Lazer-Todas Idades	0,00	0,00	51.618,79
FEAS/CREAS Regionais	0,00	0,00	35.977,10
FURPJM	0,00	0,00	9.153,50
Agência de Correios Comunitária	0,00	0,00	1.675,87
FEAS - CREAS	0,00	0,00	15.677,68

FEAS - CRAS	0,00	0,00	139,51
Fundo Municipal de Desportos - FUMDE	0,00	0,00	11.787,00
Vigilância Sanitária Municipal	0,00	0,00	43.305,34
Alienação de Bens da Saúde	0,00	0,00	2.059,42
FES-Incentivo Atenção Básica	0,00	0,00	254.883,36
FES-Farmácia Básica	0,00	0,00	9.923,50
FES - PSF/PACS	0,00	0,00	205.363,14
FES - Aquisição de Veículos	0,00	0,00	102,08
FNS/PAB-Fixo	0,00	6.361,50	55.840,50
FNS - Saúde da Família/ESF/PACS	0,00	0,00	77.168,87
FNS-PMAQ - Prog.Melhoria Acesso Qualid.	0,00	3.000,00	53.890,59
FNS - PACS - Agentes Com.de Saúde	0,00	0,00	4.393,26
FNS - Teto Financeiro	0,00	1.144,00	65.210,32
FNS - Ações da Vigilância em Saúde	0,00	0,00	76.225,76
FNS - Campanha Vacinação	0,00	0,00	0,01
FNS - Vigilância Sanitária	0,00	0,00	12.796,54
FNS - Farmácia Básica Fixa	0,00	0,00	34.465,97
FNS - Academias de Saúde	0,00	0,00	10.970,71
FNS - Aq.Equip.e Mat.Permanente	0,00	55.014,00	165.312,21
FNS - Constr.Ampl.Unidade de Saúde	0,00	0,00	66.202,12
<b>TOTAL RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>12.348,72</b>	<b>827.582,69</b>	<b>4.007.553,20</b>
Livre/Executivo	12.517,29	210.250,34	4.268.299,23
Livre/Legislativo	0,00	29.081,96	8.491,50
<b>TOTAL RECURSOS LIVRES</b>	<b>12.517,29</b>	<b>239.332,30</b>	<b>4.276.790,73</b>
<b>RPPS</b>	<b>5.040,41</b>	<b>18.219,96</b>	<b>40.181.182,03</b>
<b>SOMA</b>	<b>29.906,42</b>	<b>1.085.134,95</b>	<b>48.465.525,96</b>

## **9. COMENTÁRIO FINAL**

Os resultados apresentados permitem concluir que a meta fixada para o Resultado Primário foi superada. As Despesas com Pessoal e a Dívida Consolidada Líquida como proporção da Receita Corrente Líquida – encontram-se abaixo dos limites legais. Fica demonstrado, assim, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, bem como o atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Naor Orlando Kümpel  
Secretário de Finanças